

Poupar recursos é uma atitude que atravessa gerações. Nada mais é do que acumular dinheiro hoje para utilizá-lo no futuro. Mas essa atitude positiva traz implicações não tão positivas para a economia. É o chamado “paradoxo da parcimônia”, que tem no [consórcio](#) um importante equalizador.

O “paradoxo da parcimônia” ou “paradoxo da poupança”, é um conceito popularizado pelo economista inglês [John Maynard Keynes](#).

“Keynes afirma ser o aumento da poupança de cada indivíduo fator de diminuição da demanda agregada na economia”, cita Luiz Antonio Barbagallo, economista da [ABAC](#). “O paradoxo está no fato de que a diminuição da demanda reduz a produção, e que isso, consequentemente, contribui para redução da poupança, pois menor produção e menor demanda significam menos renda. Por conseguinte, haverá menos poupança”.

Muitas recessões econômicas foram e são causadas por retração de demanda agregada, e encontram explicação no paradoxo da parcimônia.

Investimento não é dinheiro parado

Quando se fala em poupar recursos financeiros, tem-se a impressão que o dinheiro ficará parado, sem uso e rendendo. Contudo, Barbagallo afirma que na economia não existe recurso ocioso. “Todos os valores poupados, em qualquer tipo de investimento, sejam originários de pequeno, médio ou de grande investidor, destinam-se a financiar empreendimentos empresariais ou pessoais”, explica.

O Brasil, um país com dimensões continentais, com uma população acima dos 215 milhões de habitantes, segundo o Banco Mundial, é um mercado gigante e com diversidades regionais. Desta forma, há demanda para vários tipos de produtos financeiros como aplicações, empréstimos, investimentos, financiamentos e os consórcios.

O equilíbrio entre poupança e consumo é salutar para a economia. “Crescer via investimentos é sólido e duradouro. Por outro lado, o crescimento via consumo é, sem dúvida, importante”.

Consórcio x Paradoxo da parcimônia

No Sistema de Consórcios, uma criação genuinamente brasileira, os recursos poupados mensalmente transformam-se em patrimônios. Assim, a modalidade é uma indutora de demanda, de forma planejada, sem as oscilações típicas do mercado, minimizando os efeitos do paradoxo da parcimônia.

Sem contrapor o conceito disseminado por Keynes e ao analisar de forma microeconômica, Barbagallo aponta um diferencial exclusivo dos consórcios. “Consórcio é autofinanciamento com objetivos de compra definidos. Essa modalidade mantém a demanda estabilizada ao longo do tempo: à medida que os consorciados mais antigos são contemplados e utilizam suas cartas de crédito, outros novos consorciados vão aderindo à modalidade, tornando-se futuros compradores”, esclarece.

Na evolução das contemplações e das vendas de cotas de consórcio de janeiro de 2020 a dezembro de 2021, ou seja, no período pré e pós pandemia, é possível conferir que, após queda acentuada nas vendas de cotas no início das medidas de isolamento, a recuperação se deu logo em seguida, no formato “V”.

“Os consumidores seguiram aderindo ao consórcio. Em outras palavras, poupando. Todavia, as contemplações, depois de breve redução, voltaram também ao seu ritmo normal, mantendo a demanda por bens e serviços por parte dos consorciados”, explica Barbagallo.

De forma positiva, a maioria dos consorciados contemplados transformou os créditos concedidos em consumo, mesmo tendo a opção de não o fazer de imediato, mantendo-os corrigidos de acordo com as regras fixadas pelo Banco Central do Brasil.

Fonte: ABAC, em 31.07.2024